

***Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis.* Roberto Leher e Mariana Setúbal (orgs.). São Paulo: Cortez, 2005, 327 pp.**

Edineide Jezine
Universidade Federal da Paraíba
<edjezine@hotmail.com>

Neste momento histórico, em que os paradigmas teóricos que criticam a ordem do capital e as políticas neoliberais são revisitados, este livro representa o despertar de novos olhares e o florescer de novas perspectivas de luta para os que vivem e teorizam os movimentos sociais.

Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis, pode ser visto como uma luz na escuridão, pois possibilita uma viagem no tempo histórico das lutas vivenciadas pelo povo latino-americano na conquista da liberdade e autonomia, em que a força expressiva encontra-se centrada na cultura dos povos indígenas e negros, que não permitiram o domínio da alma. Ao contrário, fizeram pulsar neste continente o sangue da liberdade e da emancipação contra o colonizador e o imperialismo, que teimam, sob diversas formas, aterrorizar a fim de homogeneizar e dominar uma população que já nasceu livre.

Reafirmando a necessidade de reflexão acerca das práticas políticas, sociais e culturais dos movimentos sociais na América Latina, o livro discute as formas de dominação das políticas neoliberais, situadas na sociedade do conhecimento, globalizada, todavia, sem perder de vista os fatores históricos que efetivaram as formas de segregação do povo latino-americano e a desapropriação dos seus saberes.

Para a análise da temática “paradigmas teóricos”, os autores buscaram estudos filosóficos e sociológicos a respeito da contribuição das ciências sociais para pensar a realidade sociocultural, política e econômica dos povos da América Latina. De forma que a obra apresenta discussões sobre a contribuição do marxismo, como teoria que apreende as contradições do capitalismo e constrói uma perspectiva socialista, como alternativa de sociedade.

Nessa perspectiva, alguns elementos teóricos do marxismo que foram relegados ao plano da caserna são reavivados, diante das contradições e confrontos postos pelas promessas não

cumpridas do iluminismo e do capitalismo, pois seria um dissenso desconsiderar a existência da luta de classes no contexto da sociedade capitalista pós-moderna e ignorar as artimanhas ideológicas de dominação do capital.

A leitura do texto transforma-se em um mergulho nas profundezas da esperança, ao suscitar discussões sobre conceitos e temáticas atuais, como conflito social, luta de classe, crise, cultura, trabalho, colonização, saberes, estado, emancipação, cidadania, hegemonias, que fundamentam as análises dos velhos e novos movimentos sociais, nas suas formas de organização e luta.

Roberto Leher, ao fazer a apresentação da obra em tela, a caracteriza como “aberta ao tempo”, por situar-se no contexto do debate da crise estrutural do capitalismo, com o desafio de produzir conhecimento novo sobre as lutas em curso na América Latina. Conhecimento focado a favor dos que vivem do próprio trabalho, uma vez que as políticas de opressão, que produzem as mazelas do capitalismo, como a fome, doenças e violência, não deixaram de existir, urgindo a necessidade de continuar produzindo idéias que orientem e possibilitem a ação política de ruptura com o neoliberalismo.

Para Roberto Leher, os autores do livro acreditam na transformação cultural, buscam resgatar a discussão acerca dos conflitos de classe e as lutas dos movimentos sociais, a partir das reflexões sobre a dialética dos movimentos reais, apontam referências teóricas não evolucionistas e não economicistas e demonstram a possibilidade a classe trabalhadora produzir uma nova hegemonia, significando ir além da relação base/estrutura. Seguindo esta compreensão filosófica, os autores apontam a necessidade de um trabalho político de formação com base na pedagogia libertária, por acreditarem que esta concepção, seja capaz de unir teoria e prática, construir a reforma intelectual e moral em diálogo com a classe que vive do e para o trabalho.

Dividida em quatro capítulos, a estrutura lógica da obra atenta para relacionar as discussões teóricas às experiências de luta existentes na América Latina, em que a idéia geradora, abordada pelos autores, é a de que os conflitos podem ensejar transformações positivas, capazes de levar a uma superação da barbárie. No primeiro capítulo, intitulado “Conceitos na batalha das idéias”,

a discussão centra-se no exercício de dominação do capitalismo.

Ellen Wood resgata a discussão da centralidade das categorias “classe social” e “luta de classe”, criticando o abandono dessas categorias teóricas pelos partidos da social-democracia. Diferente dos pós-modernos, a autora não aceita a tese do fim da classe trabalhadora e de sua fragmentação, cujo artifice são as políticas de identidade em defesa das subjetividades e as lutas contra o capitalismo global, representada pela suposta sociedade civil internacional, que se intitula como a “nova arena de luta” ou “cidadania global”, levando os movimentos sociais a reivindicar políticas focalizadas ao invés de transformações estruturais.

Esse debate é retomado por Sérgio Tishler, que reatualiza o tema sob o prisma de que os novos movimentos sociais e toda a nova esquerda proclamaram o ofuscamento das classes sociais, como também setores da esquerda tradicional que legitimaram a tese do fim da história e abandonaram a referência classista. O autor defende que a noção de classe expressa seu conteúdo crítico na luta. Portanto, sustenta a atualidade da luta de classes, principalmente diante da agudização dos conflitos na virada do século XXI, não em seu sentido ortodoxo, mas como a potencialidade do sujeito social colocar em crise todas as formas de poder e dominação do capital.

Seguindo a discussão da temática, Roitman Rosemann aborda os fundamentos sociológicos dos movimentos sociais a partir de duas categorias de análise: o conflito social e a crise, indicando que, para a elite, os conflitos sempre foram vistos como anomia e ameaça à ordem. O autor argumenta que as tradições liberais e conservadoras disputaram a hegemonia teórica no campo das doutrinas, pois, a partir da revolução do iluminismo, o pensamento utilitarista-contratual mobiliza a nascente burguesia fundando o progresso científico-tecnológico.

Em sua análise, demonstra a influência teórica do pensamento positivista, apresentando seus respectivos pensadores e pesquisadores, indicando as problemáticas da sociedade do século XX, que, em sua natureza, deixa de ser orgânica e biológica para ser social e política. A crise e os conflitos se transformam em uma contradição dialética e lógica, fazendo emergir a luta pela democracia, as demandas sociais e a

participação do proletariado urbano, ao mesmo tempo produzindo massacres e a repressão generalizada do movimento operário e sindical em toda a América Latina.

O texto de Rosemann objetiva mostrar como as mudanças no cenário econômico, político e social afetam a abordagem teórica de análise da realidade, concluindo que os estudos sobre conflito social e as crises são resultados de encontros teóricos entre os defensores de uma modernização capitalista e da racionalização política e aqueles que propõem a superação e a transformação das estruturas sociais de exploração e domínio capitalista. Portanto, assinala como desafio do século XXI, no âmbito das ciências sociais, a criação de um novo pensamento que considere as contradições do capital e as temáticas como formas de recuperar a democracia.

O segundo capítulo busca identificar “Protagonistas dos conflitos e produção de conhecimento”. Mouriaux e Beroud partem do questionamento da definição conceitual de “movimento social”, a favor das idéias de dinamicidade e conflito que permeiam esse objeto de estudo e seu envolvimento com as lutas sociais, pois, segundo os autores, o estudo sobre os movimentos sociais envolve uma dupla perspectiva, diacrônica e sincrônica, já que não se pode determinar sua programação.

Por sua vez, Santos identifica os novos movimentos sociais e sua diversidade, buscando apreender a relação entre regulação e emancipação, subjetividade e cidadania. O texto impõe reflexões acerca do papel dos novos movimentos sociais, situados na linha do conflito paradigmático, pois, ao denunciar as novas formas de opressão, utilizam-se das críticas aos movimentos de emancipação de classe, que não estiveram atentos às subjetividades cotidianas. Daí o autor chamar atenção para a dinamicidade que envolve os chamados novos movimentos sociais, por criarem outras formas de participação e democracia.

A América Latina é analisada por Marcelo Badoró, como a região de maior vitalidade na resistência do neoliberalismo e neo-imperialismo, conjugando o cultural, o social e o nacional. Ao reconhecer as formas de dominação, sob a liderança das frações mais internacionalizadas do capital, indica que as ações para a governabilidade são favorecidas pela crise

da esquerda, que abandona a perspectiva do socialismo, do anti-imperialismo e integra-se aos estratos dirigentes da burguesia, que amplia o alcance das políticas de ajuste estrutural, priorizando o contrato individual em detrimento dos direitos sociais universais assegurados por lei.

O terceiro capítulo trata dos “Movimentos altermundistas: perspectivas em confronto”. Immanuel Wallerstein investiga o que “significa hoje ser um movimento anti-sistêmico”. E, Chesnais, Serfati e Udry questionam: “O movimento antimundialização tem futuro?”. As análises indicam que os movimentos de luta pela transformação social, por se prenderem nas discussões doutrinárias, tornaram-se sectários isolados e falharam em seus objetivos, de impulsionar a luta de classes através das organizações sindicais e partidos socialistas, como promover movimentos nacionais, que lutavam pela criação do Estado nacional. Atualmente, esses movimentos perderam força de organização e massificação, diversificando formas e objetivos. Contudo, o autor ressalta a importância desses movimentos para romper com a idéia da solidariedade mercadológica.

O último capítulo da obra apresenta “Utopias em construção”. Esther Ceceña e José Seoane demonstram como a crise levou os países de esquerda a uma nova feição de controle social, provocando outros conflitos, envolvendo trabalhadores precarizados em lutas pela terra, pela integridade dos territórios, pela disputa da região de biodiversidade, dentre outras, de forma que o surgimento dos indígenas zapatistas, até então tidos como extemporâneos por parte da esquerda evolucionista e dogmática, conferem novas possibilidades de luta, como analisam os autores, pois as histórias das lutas dos povos indígenas são distorcidas e incapazes de captar as suas iniciativas presentes, e isso se deve ao processo de colonização capitalista europeu que promoveu a escravidão e a servidão. Na verdade, as lutas atuais do Exército Zapatista de Libertação Nacional abrem caminhos para um novo pensar acerca dos movimentos que, supostamente, estariam esgotados, mas que ganharam força diante do enfrentamento das políticas neoliberais.

Em síntese, o livro expressa um novo fôlego para os movimentos sociais da América Latina, mostrando que novas formas de organização e lutas estão se construindo para conflitos

antigos, que continuam a promover a opressão do povo latino-americano, reafirmando, assim, a necessidade de rever paradigmas e conceitos na perspectiva da transformação social.

A profissionalização da enfermagem brasileira. Almerinda Moreira e Taka Oguisso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, 152 pp.

Rosalba Pessoa de Souza Timoteo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<rpstimoteo@hotmail.com>

Eis um livro que, diferentemente dos estudos realizados sobre a origem da enfermagem no Brasil, vem questionar a concepção hegemônica sobre sua institucionalização no país, a qual somente é reconhecida a partir da regulamentação da escola de enfermagem vinculada ao Departamento Nacional de Saúde Pública, no ano de 1923. Para Almerinda Moreira e Taka Oguisso, trata-se de uma omissão que altera os rumos da história e ignora a existência de mais de 30 anos da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, criada em 1890, junto ao Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro.

Movidas pela necessidade de reverter esta condição da história da enfermagem no país, as autoras lançam-se ao desafio de questionar, levantar hipóteses, analisar controvérsias naquilo que esteve, segundo elas, anos a fio sem ser contestado.

Desse modo, o livro tem por objetivo perscrutar e registrar os primórdios da profissionalização da enfermagem brasileira, tendo como recorte temporal o período histórico que começa em 1890 e termina em 1920, ou seja, uma etapa que antecede a inserção da enfermagem moderna no país. De uma maneira geral, trata-se de rediscutir as origens deste campo no Brasil, mediante a análise e interpretação de documentos que também tiveram como propósito ressaltar o impacto e a representatividade da EPEE no contexto social em que foi criada.

Para as autoras, as omissões e lacunas nos registros históricos acerca da existência da EPEE, criada pelo decreto no 791, de 27 de setembro de 1890, favoreceram a construção de uma história oficial, vista na maioria das vezes

como a única versão, na qual não estão incluídos diversos acontecimentos relevantes nem a existência de profissionais que atuaram como enfermeiros no período em análise. Todavia, ressaltam que, além de rever a importância do estudo da história da enfermagem, o livro se propõe também a obter elementos que conduzam à reconstrução da identidade profissional, incluindo-se algumas discussões acerca da feminização na profissão, dos modelos adotados no ensino e do processo de profissionalização em diversos países, particularmente no Brasil.

Por conseguinte, trata-se de estudo que não se limita apenas a lograr uma visão crítica da profissão, mas a desvelar a realidade de modo a permitir um novo olhar sobre a profissão.

Tal compreensão impulsiona a investigação, aprofundada e cuidadosa, contribuindo para a superação do pensamento pragmático que nega o passado, ou o relega a planos menos importantes. Além disso, desmistifica a visão unilateral da história como processo anacrônico, formado por vultos, mitos e heróis que, solitariamente, enfrentam desafios, vencem batalhas e traçam jornadas sem que apareçam as idéias, a luta e o trabalho de outros que compartilharam com eles as vitórias e dividiram os insucessos.

Essa é uma das teses que passam a ser defendidas em todo o percurso metodológico que orienta o desenvolvimento do livro, que, após introduzir o tema, discorre sobre a gênese e o desenvolvimento do processo de profissionalização da enfermagem em diversos países e no Brasil.

Nas considerações iniciais da obra, apresentam-se os objetivos, o percurso metodológico, as fontes e os locais pesquisados. Assim, com vistas a alcançar os objetivos anteriormente expostos, utilizando-se da análise de conteúdo como técnica de pesquisa a documentos e registros escritos e iconográficos, as autoras desenvolveram o estudo histórico na perspectiva orientadora da História Nova. Neste sentido, foram priorizados como fontes de pesquisa os documentos oficiais da EPEE, os relatórios da Assistência aos Alienados, encaminhados ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, a revista *O Brazil-Médico*, o periódico *Jornal do Comércio* e manuais de enfermagem, pesquisados em arquivos e bibliotecas de âmbito nacional, estadual e setorial.

No capítulo 2, “Gênese da profissionalização da enfermagem”, trabalham-se o conceito de profissionalização e as implicações contextuais que consolidaram o termo profissão ao longo do tempo. O ponto central é o debate sobre a diferenciação entre ocupação e profissão e, dentre as ocupações, sobre quais poderiam ser consideradas profissões. Na saúde, as profissões, da maneira como hoje se apresentam, parecem ter emergido de um tronco histórico comum, o que contribui para dificultar, de certa forma, a identificação dos cuidados e práticas específicos da enfermagem.

No Brasil, a profissionalização da enfermagem passa a se configurar a partir da prestação de cuidados às pessoas enfermas em domicílios, o que, posteriormente, ganha contornos de profissionalização com a sistematização do ensino. Para as autoras, a enfermagem profissional representa a atividade exercida por pessoas que passaram por um processo formal de aprendizado, com base em um ensino sistematizado, portadoras de diploma legal e titulação específica que lhes conferem direitos ao exercício do ofício pelos conhecimentos adquiridos.

No capítulo 3, “O hospital: origens e influência na formação dos enfermeiros”, realiza-se uma breve retomada da origem da instituição hospitalar, fazendo a relação com seu processo de modernização e com a profissionalização das práticas desenvolvidas nessas instituições. No Brasil, a exemplo dos hospitais europeus, a finalidade era prestar cuidados a enfermos, alienados e portadores de doenças infectocontagiosas oriundos da camada pobre da sociedade. A característica principal dessas instituições era a benemerência e os cuidados, na maior parte das vezes realizados por religiosos e religiosas. A saída desses religiosos das instituições hospitalares gerou uma séria crise nos hospitais, pois, até então, o governo não havia se preocupado com a formação de trabalhadores que substituíssem a força de trabalho exercida pelas irmãs de caridade. Foi preciso, portanto, contratar enfermeiras vindas da França.

Como a necessidade se centrava, principalmente, no Hospital Nacional de Alienados, os psiquiatras trouxeram para o Brasil o modelo de escola que preparava pessoal para cuidar dos doentes mentais, trazendo também o modelo laico de enfermagem que admitia o recebimento

de remuneração pelos serviços prestados. Para as autoras, isso favoreceu a imagem do enfermeiro como um “trabalhador da doença”, por sua origem e profissionalização no interior do hospital, mesmo quando a formação ganhava contornos preventistas a partir da criação do curso ligado ao Departamento Nacional de Saúde Pública, cujo enfoque voltava-se para atender às endemias e epidemias que acometiam o país na época.

O capítulo 4, “Os movimentos de profissionalização da enfermagem”, faz uma viagem pelas diversas realidades culturais, trazendo características do modo de realizar as práticas de saúde e de enfermagem nos diversos países estudados: Reino Unido, Estados Unidos da América (EUA), França, Portugal, Espanha, Argentina e Taiwan. As autoras concluem que alguns aspectos são comuns à origem e ao processo de profissionalização nos diversos países estudados, como a exigência da qualidade moral e da formação básica para o candidato ao curso de enfermagem, aspirante a enfermeiro, o que não é prerrogativa exclusiva do modelo nightingaleano, já que outras iniciativas de formação também incluíam em seus requisitos tais atributos.

Majoritariamente, o surgimento das primeiras escolas de enfermagem deu-se no âmbito hospitalar, com ênfase no ensino teórico-prático ministrado por médicos. As escolas foram criadas sob a égide do saber médico com vistas a suprir a necessidade de pessoal qualificado para colaborar com o trabalho deste profissional. Para tanto, os trabalhadores deveriam ser dotados de índole dócil, lealdade, devoção e submissão, além de serem leigos, de preferência do sexo feminino, embora não se excluísse a presença significativa do homem na profissão, principalmente em instituições voltadas para doentes mentais. Enfim, outros aspectos mais específicos a cada país são postos em relevo, o que pode ser constatado no quadro sinóptico contendo informações referentes à trajetória dos movimentos que conduziram à profissionalização e à sistematização do ensino de enfermagem em cada realidade estudada.

No capítulo 5, “Trajetória da profissionalização da enfermagem no Brasil”, resgatam-se a origem do ensino de enfermagem no país, mostrando a forte ligação desta com as instituições

psiquiátricas, e o início da profissionalização, a exemplo do que ocorreu com o Hospital Nacional de Alienados, a partir do qual se instituiu a primeira escola de enfermagem, em 1890. Abordam-se os requisitos necessários ao candidato, bem como a finalidade do curso, fato que deu a justificativa para a sua criação. Relatam-se ainda os episódios em que aquela escola não funcionou regularmente, devido à sobrecarga de trabalho dos que atuavam no hospital, e ressalta-se a necessidade da vinda de enfermeiras francesas para a instituição. A retrospectiva também evidencia que os 100 anos de trajetória da enfermagem no país caracterizam-se por um formato hospitalocêntrico em todas as instituições estudadas.

No capítulo 6, “O ensino da escola profissional de enfermeiros e enfermeiras”, trata-se do sistema de ensino desenvolvido pela EPEE, orientado particularmente pelo decreto nº 791, que criou a escola e relacionou as matérias a serem ministradas no curso. Ressalta-se que o método adotado não se coadunava com o método nightingaleano, tendo em vista que este último preconizava uma maior autonomia profissional e um ensino ministrado por enfermeiras, as quais também seriam responsáveis pela direção da escola, o que não ocorria no modelo de ensino francês adotado pela EPEE.

Para finalizar, os capítulos 7 e 8 trazem informações atuais sobre a EPEE, hoje denominada Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, e mais uma vez enaltecem a importância do estudo como forma de resgatar historicamente o contexto social que favoreceu a sua criação, bem como a trajetória da profissionalização da enfermagem no Brasil.

Em suma, a obra, pela forma instigante de apresentar o tema e pela diversidade de informações e análises, configura-se em importante contribuição para aqueles que se debruçam sobre o estudo da história em saúde e enfermagem. Sua leitura torna-se indispensável principalmente para os que acreditam que a história precisa ser vista e contada a partir de diversos ângulos, permitindo a abertura de novas vertentes que incorporem a complexidade e a multiplicidade dos contextos historiográficos da enfermagem brasileira.

Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Nísia Trindade Lima et al. (orgs.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, 502 pp.

Lilian Koifman

Universidade Federal Fluminense

<lilian@vm.uff.br>

Muito tem sido dito e publicado a respeito do sistema de saúde brasileiro: o Sistema Único de Saúde (SUS). Em todos os cursos de formação na área de saúde do país são dedicados um, dois ou mais semestres a esse complexo e original sistema. E o desafio dos professores é sempre o mesmo: como motivar os alunos ao estudo das políticas de saúde e à compreensão da organização do SUS e, principalmente, da importância que esse conhecimento exercerá em sua prática profissional?

Não são raros os momentos em que, para discutir com alunos uma situação de saúde vivida nas unidades de saúde, nos cenários diversificados ou em um hospital universitário, é necessário compreender em maior profundidade as origens da Reforma Sanitária, o financiamento do SUS, as relações de trabalho na saúde, o modelo de atenção, a participação popular na elaboração de políticas de saúde e tantos outros temas que perpassam as salas de aula dos cursos de saúde brasileiros, sejam técnicos ou universitários, de graduação ou pós-graduação.

A coletânea *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS* é um importante instrumento de apoio ao desafio cotidiano dos professores na labuta da formação permanente em saúde. Escrita por 25 autores, todos pesquisadores e professores com vasta experiência nos temas desenvolvidos, foi organizada por Nísia Trindade Lima, Flavio Coelho Edler (ambos da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz), Silvia Gerschman (da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz) e Julio Manuel Suárez (coordenador da área de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde da Representação Opas/OMS no Brasil).

Os organizadores desta coletânea convidaram pesquisadores atuantes no país para produzirem um amplo painel do passado e do presente da construção do sistema de saúde brasileiro. Em resultado, o leitor é apresentado com uma rica coleção de análises que enfoca os aspectos mais importantes, tanto os históricos quanto os

relativos às principais questões a serem enfrentadas hoje, como é o caso do mais recente (década de 1990) Programa de Saúde da Família.

Para a elaboração do livro, foram realizadas várias reuniões e um seminário, em outubro de 2004, com a participação dos autores, sobre o tema "História e perspectivas do SUS". Definiu-se que os objetivos da publicação deveriam ir além do simples registro das motivações e ações do movimento sanitário recente, considerando a reforma da saúde à luz de uma perspectiva histórica mais ampla. Do mesmo modo, considerou-se fundamental analisar, com base nos princípios norteadores do SUS, as condições e o processo de implementação dessa reforma, seus avanços, dificuldades e desafios. Mesmo considerando o SUS como patrimônio da sociedade brasileira, não se optou pela realização de um texto enaltecendo sua criação, onde as dificuldades, tensões, contradições e, ao mesmo tempo, os caminhos alternativos fossem deixados de lado. Todos os autores trabalham de algum modo o processo histórico de construção do setor saúde.

Vários temas de grande relevância para o sistema de saúde brasileiro são abordados neste livro, a saber: a situação da saúde, o financiamento do SUS, ciência e tecnologia em saúde, trabalhadores da saúde no Brasil, descentralização, conceitos de saúde, universalização *versus* focalização, o público e o privado, o modelo de atenção à saúde e a estratégia da saúde da família.

A abordagem histórica da coletânea nos permite constantemente situar e valorizar a originalidade e, ao mesmo tempo, localizar, dentro dos contextos históricos específicos, a construção do SUS. A Reforma Sanitária tem origens profundamente marcadas pelo processo de redemocratização do país, por sua construção política e acadêmica e pelo extraordinário processo das Conferências de Saúde. O SUS nasce no seio da crise do modelo vigente e na intensa mobilização popular em torno da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que determinou o debate sobre a Constituinte e a elaboração da Constituição Federal de 1988.

A importância da coletânea encontra-se, sobretudo, no fato de os artigos que a compõem enfatizarem facetas cruciais da história da construção do Sistema Único de Saúde brasileiro em um ambiente orquestrado por um complexo

processo modernizador, privatista e com claras propostas de organização do ‘Estado mínimo’ para toda a América Latina.

Diversos autores se referem à criação do SUS como a mais bem-sucedida reforma da área social empreendida sob um regime democrático. Em sua criação, pode-se identificar a organização do movimento sanitário da década de 1970, em um contexto fortemente marcado pela resistência social e política ao regime militar autoritário. A Reforma Sanitária brasileira carrega uma história que lhe dá, no âmbito legal, uma conquista, o SUS, e, no âmbito político, um plano de lutas, a implementação da Reforma Sanitária (Ceccim, 2005).

Na primeira parte, “O Sistema Único de Saúde em perspectiva histórica”, os quatro artigos nos esclarecem que aquela não foi a primeira vez na história da sociedade brasileira em que ocorreu uma significativa politização do debate sobre as condições de saúde. Nesses textos, relata-se como, na Primeira República (décadas de 1950 e 1960), a saúde e o desenvolvimento estiveram no centro do debate político e eram percebidos como determinantes um do outro. E, levando em conta a continuidade de temas do passado, ressaltamos a originalidade e importância do movimento sanitário recente que se constitui na afirmação do binômio saúde e democracia.

Nesse contexto, a luta pela conquista social do direito à saúde precisa se dar em um duplo movimento. De um lado, é necessário resgatar a luta pelas políticas públicas que, para além do setor saúde, se voltem para a melhoria das condições de vida da população. De outro, é fundamental aprofundar a luta pela conquista do direito ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, pautado pela perspectiva da participação popular e da integralidade das ações (Mattos, 2005).

Nas outras duas partes, “Temas centrais para o desenvolvimento do SUS” e “Princípio, implantação e desafios do SUS”, reconhecemos as raízes dos debates travados durante o contexto em que se fortaleceu o movimento democrático, em oposição ao regime militar, e a relação entre saúde e democracia no centro do debate político.

Na nova Constituição, afirmou-se a importância de promover a saúde como direito fundamental da cidadania, cabendo ao Estado a obri-

gação de provê-la a todos os cidadãos: “saúde, direito de todos e dever do Estado”.

Sob este preceito constitucional, defendeu-se a assistência médico-sanitária integral e de caráter universal, com acesso igualitário dos usuários aos serviços, sendo estes hierarquizados e sua gestão descentralizada. Com isso se estabelecia algo fundamental: que as ações de saúde deveriam estar submetidas ao Executivo com representação paritária entre usuários e demais representantes (do governo, nas suas diversas instâncias, dos profissionais da saúde e do setor privado), além de se determinarem os princípios norteadores do SUS – universalidade, integralidade, participação e descentralização.

Alguns autores analisam a criação do SUS como resultado de um movimento brasileiro que se apresentou na contracorrente das reformas de saúde de cunho neoliberal na América Latina, baseadas no conceito de ajuste estrutural defendido pelo Banco Mundial na década de 1980. Em 1987, esse organismo divulgou um documento no qual criticava duramente os governos que viam a saúde como um direito e tentavam assegurar gratuitamente o acesso universal a todos os serviços. A mesma tendência se fez sentir na década de 1990.

“Ao longo dos anos noventa, as agências internacionais enfatizaram a oferta de idéias sobre quais seriam as políticas mais adequadas para os países em desenvolvimento. O Banco Mundial conquistou lugar proeminente nessa oferta de idéias, ao lograr apresentar um conjunto de sugestões sobre as reformas dos sistemas de saúde e das próprias atribuições dos governos no setor” (Mattos, 2001, p. 380).

Anos mais tarde, o Banco Mundial passou a defender que caberia aos governos, muito mais que assumir a prestação dos serviços, incentivar a competição entre os provedores, inclusive entre provedores públicos e privados, com ou sem fins lucrativos, além de defender a oferta de um pacote de serviços e a atuação reguladora dos governos sobre o mercado de serviços médicos.

A caminho dos vinte anos da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, este livro oferece uma grande contribuição: um convite à reflexão. Em um esforço coletivo, valoriza a

pluralidade de perspectivas e o olhar crítico sobre as idéias e práticas que vêm acompanhando a implementação do SUS, trazendo um desafio para futuras pesquisas. É de se esperar e desejar que, a partir de sua leitura, possa surgir o aprofundamento de questões para o desenvolvimento de políticas de saúde coerentes com os princípios que norteiam o SUS.

“A construção do SUS vem acumulando experiências e proposições. Novas e velhas ‘ferramentas’ aumentaram a possibilidade de nos mantermos na direção de uma política de saúde fundada no cuidado e na integralidade. Mas não devemos nos contentar com isto, apenas ganhamos fôlego para continuar construindo...” (Silva Jr., Alves, C. e Alves, M., 2005, p. 86).

O livro, além de muito abrangente, é um profundo e qualificado exercício analítico sobre o SUS, e certamente dará imensa contribuição ao seu aperfeiçoamento.

É desejável, portanto, que subsidie propostas transformadoras e criadoras de espaços interinstitucionais de negociação pedagógica e do cuidado, entre gestores das escolas e dos serviços, envolvendo docentes, discentes e usuários do sistema de saúde, através das instâncias formais de representação propiciadas pelo Sistema Único de Saúde – sejam eles os Conselhos de Saúde ou quaisquer outros que a inventividade humana possa vir a criar (Oliveira, Koifman e Marins, 2004).

Referências

- CECCIM, Ricardo B. 2005. Onde se lê: “Recursos Humanos em Saúde”, leia-se “Coletivos Organizados de Produção em Saúde”: desafios para a educação. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben A. de (orgs.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe e espaços públicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 161-180.
- MATTOS, Ruben A. de. 2001. As agências internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de idéias. *Ciências e Saúde Coletiva*, v. 6, n. 2, p. 377-389.
- _____. 2005. Direito, necessidades de saúde e integralidade. In: PINHEIRO, Roseni; _____ (orgs.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe e espaços públicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 33-46.
- OLIVEIRA, Gilson S.; KOIFMAN, Lilian; MARINS, João José N. 2004. A busca da integralidade nas práticas de saúde e a diversificação dos cenários de aprendizagem: o direcionamento do Curso de Medicina da UFF. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben A. (orgs.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: Hucitec, p. 307-319.
- SILVA JR, Aluísio G. da; ALVES, Carla A.; ALVES, Marcia G. M. 2005. Entre tramas e redes: cuidado e integralidade. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben A. (orgs.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe e espaços públicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 77-90.